

- 8 DEZ 1994

# Uma leitura obrigatória

FHC

Para prever o governo FHC, a sugestão é ler o livro de campanha, "Mãos à Obra". São 300 páginas, contendo cinco capítulos sobre o projeto de desenvolvimento, as políticas públicas e seu financiamento, as metas prioritárias, a reforma do Estado e as parcerias. E dois anexos, "O Real e o Sonho" e "Reforma e Imaginação". A leitura, segundo um dos braços direitos do presidente eleito,



**Para prever o governo FHC, a sugestão é ler o livro de campanha "Mãos à Obra"**

mais que obrigatória é essencial. Pela simples e boa razão de que o texto transcende uma peça eleitoral — é para valer.

Inspirado no livro, o programa está em execução e prevê o fortalecimento da Presidência. Do programa participam cerca de cem pessoas, especialistas em suas áreas. Quer transformar em real o que é hoje formal. Prevê uma área de planejamento responsável pela formulação de políticas (políticas), salvo as políticas partidárias, pela elaboração do Orçamento, pela coordenação das políticas sociais, em especial o Comunidade Solidária, conjunto de planos que prevê dispêndios de R\$ 3 bilhões já em 1995, nas áreas de alimentos, emprego, habitação e saúde.

Os Ministérios mudam. O da Integração Regional deve desaparecer. A área de Tecnologia terá uma nova dimensão. O Ministério da

Indústria e Comércio deverá ser fortalecido, passando a coordenar o comércio exterior, mas sem conflitar com a Fazenda nas questões críticas dos juros, do câmbio e do protecionismo. O futuro ministro da Fazenda, Pedro Malan, enfrentará uma mudança de perfil: estará mais exposto do que até agora e será instado a falar mais. O câmbio será questão-chave: há no novo governo quem acredita que a taxa ficou errada.

Deveria ter sido outra, talvez R\$ 0,93 ou R\$ 0,95 por dólar. Argumento: para a inflação atual, não teria feito muita diferença. Mas sabe-se que elevar a taxa de R\$ 0,85 para R\$ 0,95 não seria fácil. Tema para Malan, o ministro da moeda estável, prioridade máxima para 1995. E para o seu colega da Indústria e Comércio, de olho no efeito da taxa sobre a exportação. Exigência de Fernando Henrique, todos os ministros falarão a mesma língua. O presidente eleito descarta a discussão pública sobre as políticas.

Dia 15 de fevereiro, o conjunto de reformas estará no Congresso. Sistema tributário, Previdência, Ordem Econômica (monopólios, inclusive) e Trabalho puxarão a fila. Com a privatização acelerada, o novo governo quer obter R\$ 4,5 bilhões no ano que vem e R\$ 20 bilhões ao longo do governo. Em di-

nheiro vivo. Discute-se, por enquanto, como abrir a Petrobrás. Leia-se, o monopólio. Se as propostas de reforma constitucional virão ou não acompanhadas das propostas de alteração de leis menores, é item a resolver.

Assegurada a estabilidade do Real, em quatro anos o governo FHC pretende promover as reformas e enfatizar os chamados gastos sociais; ampliar a infra-estrutura; obter grandes investimentos a partir do segundo ou terceiro ano; retomar o crescimento acelerado a partir de 1996. Em 1998, ao final do governo, o objetivo é chegar a um País ainda mais aberto e competitivo, coordenado por um Estado menor, mais ágil, mais regulado, investindo mais em educação e saúde. A reforma tributária ainda não está definida. Projetos como o do senador eleito, José Serra, e do deputado Germano Rigotto, são vistos com grande interesse. O timing das reformas poli-

ticas não está decidido. Entre 1º de janeiro, a data de posse de FHC, e 15 de fevereiro, o governo deverá concentrar-se no ajuste das máquinas dos Ministérios. Leia-se, colocar lá seus homens.

Os homens-chaves do governo FHC querem uma abertura econômica com mais importações mas também, com mais exportações. Por exemplo, elevando as exportações para 15% do Produto Interno Bruto (PIB), em relação a cerca de 10%, hoje. As importações se aproximariam também desse percentual, o que equivaleria a quase dobrar o coeficiente de abertura da economia brasileira. O objetivo com relação às reservas cambiais é ambicioso: elevá-las, ao contrário do que faria supor a política cambial atual. Os planos são esses, realizá-los é outra coisa. Se "Mãos à Obra" é para valer, é bom ler para poder cobrar.

■ Fáblio Pahim Jr. é jornalista.

